

**Visita de trabalho da Comissão de Cultura, Comunicação,
Juventude e Desporto à Cinemateca Portuguesa**

3 de abril de 2019

Relatório





Programa

- 09h45** Saída da Assembleia da República – Porta de São Bento
- 10h00** Visita à Cinemateca Portuguesa
- 12h00** Regresso à Assembleia da República

Delegação da Assembleia da República

Deputados:

- Edite Estrela (PS) – Presidente da Comissão
- Deputada Carla Sousa (PS)
- Deputada Cristina Jesus (PS)
- Deputada Maria Augusta Santos (PS)
- Deputada Maria Conceição Loureiro (PS)
- Deputado José Magalhães (PS)
- Deputado Amadeu Soares Albergaria (PSD)
- Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD)
- Deputada Liliana Silva (PSD)

Delegação da Cinemateca Portuguesa

Para além do Diretor da Cinemateca Portuguesa, José Manuel Costa, esteve também a acompanhar a visita o Subdiretor da Cinemateca Portuguesa, Rui Machado.

A delegação de Deputados teve uma reunião com Diretor da Cinemateca Portuguesa, José Manuel Costa e o Subdiretor da Cinemateca Portuguesa, Rui Machado. Nesta reunião o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Diretor e o Subdiretor da Cinemateca Portuguesa referiram, designadamente que no período de 2010 a 2013 houve uma queda abrupta de receita da Cinemateca Portuguesa devido ao corte do PIDAC e à diminuição da receita proveniente da taxa sobre a publicidade em televisão. Destarte, o orçamento da Cinemateca caiu para metade.

Disseram que devido à revolução digital em todo o mundo os filmes deixam de ser feitos em suporte analógico e passam a ser feitos em suporte digital.

Transmitiram que na década de 2010, as sucessivas leis de controlo orçamental, que muitas vezes não têm em conta o nível quotidiano de uma Cinemateca, de um organismo cultural e o mercado do património, essas leis quando se traduzem no controle administrativo quotidiano tornam imediatamente ilegal uma série de atividades, o que teve como consequência uma carga burocrática excessiva e ruturas iminentes.

Mencionaram que há Cinematecas no mundo que têm um padrão cultural muito inferior ao da Cinemateca Portuguesa. Na Cinemateca Portuguesa exibem filmes que tentam que sejam diversificados do ponto de vista da história do cinema. Para manter essa oferta cultural têm que pagar serviços, direitos de autor, legendagens e acesso a cópias estrangeiras.

Quando a receita diminui e há problemas financeiros a Cinemateca podia desenvolver atividades com financiamento externo, mecenato, parcerias e viabilizar atividades que não correspondem a um rombo no orçamento.

Referiram que um caso limite é o laboratório do restauro que deixou de ter técnicos disponíveis.

Mencionaram que tudo aquilo tem sido exposto às suas tutelas. A solução daqueles problemas não esbarra na tutela da Cultura. Referiram que é muito difícil que no Ministério das Finanças aquilo seja compreendido. Disseram que o arquivo digital necessita de investimento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Salientaram que o Estatuto da Cinemateca devia ser repensado, o modelo do instituto público deixou de ser eficaz, defenderam a criação de uma fundação de direito privado. Disseram que há vários países que têm várias Cinematecas que são fundações, há outras que não são fundações, mas que têm um estatuto praticamente equivalente a uma fundação.

O Senhor Deputado Amadeu Soares Albergaria (PSD) questionou, designadamente sobre qual é a situação dos recursos humanos nos três polos da Cinemateca Nacional. Indagou se nada for feito naquele momento se está em causa a promoção da digitalização do cinema português.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) perguntou, nomeadamente se a questão da descentralização tem vindo a sofrer algum desenvolvimento.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) indagou, mormente sobre qual é a situação dos trabalhadores, onde é que se sente mais a falta de trabalhadores, o que é que tem sido autorizado pela tutela, se os procedimentos de contratação são apenas dentro da administração pública ou se é possível contratar fora da administração pública. Questionou sobre qual é o impacto das cativações no orçamento da Cinemateca.

O Senhor Deputado José Magalhães (PS) questionou em que termos é que a Cinemateca está a encarar aquisição de um papel da divisão do cinema nacional à escala internacional à luz do digital.

Em resposta às questões dos Senhores Deputados, o Diretor e o Subdiretor da Cinemateca Portuguesa referiram, designadamente que no que respeita à digitalização foram feitos alguns trabalhos com os recursos que têm, o que é manifestamente insuficiente para aquilo que tem de ser feito. Frisaram que é preciso criar uma rede patrimonial de digitalização.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Relativamente aos trabalhadores disseram que em 2003 tinham 83 trabalhadores, atualmente apenas têm 65 trabalhadores. Salientaram que há um défice de pessoas. Disseram que houve muitas pessoas que faleceram sem que houvesse uma transmissão de conhecimentos.

No final da reunião, os Deputados efetuaram uma visita guiada pelos vários espaços da Cinemateca Portuguesa: o centro de documentação (coleção de publicações periódicas, coleção de guiões, materiais publicitários, etc), o arquivo fotográfico, a sala principal de cinema da Cinemateca, designada sala Dr. Félix Ribeiro e a sala Luís de Pina.

Depois de efetuada esta visita, a delegação regressou à Assembleia da República.